



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEPARTAMENTO DE LETRAS

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS – MULTILINGUISMO NA SOCIEDADE DA  
INFORMAÇÃO

KAMILA CRISTINA MELO SOUZA

**MULTILINGUISMO E LÍNGUAS LOCAIS EM FOCO: POLÍTICALINGUÍSTICA DA  
FRANÇA NA GUIANA FRANCESA**

BRASÍLIA  
JUNHO/2024

**KAMILA CRISTINA MELO SOUZA**

**MULTILINGUISMO E LÍNGUAS LOCAIS EM FOCO: POLÍTICALINGUÍSTICA DA  
FRANÇA NA GUIANA FRANCESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Miranda de Paulo

BRASÍLIA  
JUNHO/2024

**KAMILA CRISTINA MELO SOUZA**

**MULTILINGUISMO E LÍNGUAS LOCAIS EM FOCO: POLÍTICALINGUÍSTICA DA  
FRANÇA NA GUIANA FRANCESA**

Trabalho de conclusão de curso submetido à comissão examinadora identificada abaixo, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI).

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Miranda de Paulo - (UnB)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Cesário Alvim Pereira Filho  
(1º Membro da banca)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarissa Prado Marini  
(2º Membro da banca)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu Senhor Jesus Cristo por guiar meus passos, concedendo-me sabedoria, disposição e fortaleza para enfrentar os desafios ao longo desta jornada de pesquisa.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional e incentivo. Quero destacar meus pais, que sempre acreditaram em mim e forneceram o suporte necessário para a realização dos meus objetivos. Este trabalho não existiria se não houvesse o amor e suporte incondicional dos meus pais, Eliezer e Vanessa. Assim como o apoio e incentivo do meu irmão, Moisés.

Quero estender meus agradecimentos a minha orientadora, Livia Miranda de Paulo, cuja orientação e vasto conhecimento foram essenciais para o êxito deste trabalho. Assim como também agradeço a sua disposição e incentivo em suas aulas, que me despertaram curiosidade e desejo por saber mais sobre a área de Política Linguística.

Ao professor Cesário Alvim Pereira Filho, desejo expressar minha gratidão pelos valiosos ensinamentos que contribuíram significativamente para o meu crescimento tanto acadêmico quanto pessoal. Sua maestria em seu trabalho me incentivou. Além da minha admiração pelo profissional dedicado e exemplar que sempre demonstrou ser, admiro de forma pessoal por sempre demonstrar ser uma pessoa íntegra e acessível.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer aos funcionários da instituição de ensino, que sempre estiveram prontos para me auxiliar em todas as demandas relacionadas a esta pesquisa e por manterem a instituição de ensino um lugar de excelência.

A todos que de alguma forma contribuíram para o sucesso desta pesquisa científica, o meu sincero e profundo obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa investiga o histórico de políticas linguísticas francesas aplicadas no território da Guiana Francesa, visando compreender se e como as línguas locais são contempladas, preservadas e promovidas. Após o estudo do conceito de política linguística, contextualizamos a Guiana Francesa a partir de sua história e panorama sociolinguístico atual, marcado por uma grande diversidade linguística e cultural. Na sequência, trazemos o histórico de medidas legais do Estado francês envolvendo as chamadas “línguas regionais” para compreender sua evolução, notadamente no que concerne ao contexto guianês. Por fim, o estudo aborda duas iniciativas de ensino e acolhida linguística bilíngue (francês-língua regional) implementadas pela Academia da Guiana.

**Palavras-chave:** Política Linguística, Multilinguismo, Guiana Francesa, Línguas Regionais, Diversidade Linguística.

## RÉSUMÉ

Cette recherche examine l'histoire des politiques linguistiques françaises appliquées en Guyane française, dans le but de comprendre si et comment les langues locales sont prises en compte, préservées et promues. Après avoir étudié le concept de politique linguistique, nous contextualisons la Guyane française à partir de son histoire et de son panorama sociolinguistique actuel, marqué par une grande diversité linguistique et culturelle. Ensuite, nous présentons l'historique des mesures législatives de l'État français concernant les "langues régionales" afin de comprendre leur évolution, notamment dans le contexte guyanais. Enfin, l'étude adresses deux initiatives d'enseignement bilingue (français-langue régionale) mises en œuvre par l'Académie de la Guyane.

**Mots clés:** Politique Linguistique, Multilinguisme, Guyane Française, Langues Regionales, Diversité Linguistique.

## RESUMEN

Esta investigación investiga el historial de políticas lingüísticas francesas aplicadas en el territorio de la Guayana Francesa, con el objetivo de comprender si y cómo se consideran, preservan y promueven las lenguas locales. Tras el estudio del concepto de política lingüística, contextualizamos la Guayana Francesa a partir de su historia y panorama sociolingüístico actual, marcado por una gran diversidad lingüística y cultural. A continuación, presentamos el historial de medidas legales del Estado francés relacionadas con las llamadas "lenguas regionales" para comprender su evolución, particularmente en el contexto guayanés. Finalmente, el estudio trata dos iniciativas de enseñanza y acogida lingüística bilingüe (francés-lengua regional) implementadas por la Academia de la Guayana.

**Palabras clave:** Política Lingüística, Multilingüismo, Guayana Francesa, Lenguas Regionales, Diversidad Lingüística.

## **ABSTRACT**

This research investigates the history of French linguistic policies applied in the territory of French Guiana, aiming to understand if and how local languages are considered, preserved, and promoted. After studying the concept of linguistic policy, we contextualize French Guiana through its history and current sociolinguistic landscape, marked by great linguistic and cultural diversity. Following this, we present the historical legal measures of the French state involving so-called “regional languages” to understand their evolution, particularly in the Guianese context. Finally, the study addresses two bilingual education and linguistic reception initiatives (French-regional language) implemented by the Academy of Guiana.

**Keywords:** Language Policy, Multilingualism, French Guiana, Regional Languages, Linguistic Diversity.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Principais línguas faladas na Guiana.....	28
---	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Línguas que aparecem como L1, L2 e L3 e ainda L-4-5. ....	31
<b>Figura 02:</b> Figura 2:Dispositivo acadêmico LM 2016 e 2017 .....	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: BUSCANDO ENTENDER ALGUNS CONCEITOS</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
2.1. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA INICIAL.....	23
2.1.1. Breve relato histórico do território da Guiana.....	23
2.1.2. Panorama sociolinguístico atual.....	28
2.2. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DECIDIDAS .....	33
<b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS</b> .....	<b>40</b>
3.1. DISPOSITIVO “INTERVENANTS EN LANGUE MATERNELLE” .....	40
3.2. DISPOSITIVO DAS “CLASSES BILINGUES” .....	42
3.3 DISCUSSÃO .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>
<b>ANEXO - QUADRO ORIGINAL. LÉGLISE, 2007, P.4</b> .....	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, intitulado "Multilinguismo e Línguas Locais em Foco: Política Linguística da França na Guiana Francesa", se propõe a investigar como as políticas linguísticas da França impactam na manutenção do multilinguismo no território da Guiana Francesa, com especial atenção às línguas locais.

Em um mundo cada vez mais globalizado, as línguas locais frequentemente encontram-se em uma posição de minoria, tanto em termos de falantes quanto de prestígio e reconhecimento oficial. Essas línguas, muitas vezes relegadas a um *status* inferior em relação às línguas dominantes, desempenham um papel crucial na preservação da identidade cultural, na coesão social e na transmissão de conhecimento tradicional. Sua marginalização pode levar, ainda, à sua gradual extinção, um fenômeno que tem sérias implicações para a diversidade linguística e cultural em nível global.

As línguas locais são frequentemente faladas por comunidades nativas e grupos étnicos específicos que, apesar de sua contribuição significativa para o patrimônio cultural mundial, enfrentam desafios consideráveis para a sua preservação e revitalização. A pressão das línguas majoritárias, associada a políticas linguísticas que historicamente favorecem o monolinguismo e a hegemonia, resulta em uma diminuição do uso e transmissão dessas línguas às gerações mais jovens. Segundo a UNESCO, cerca de 40% das aproximadamente 6.000 línguas faladas no mundo estão em perigo de desaparecer, muitas das quais são línguas locais.

O reconhecimento oficial e a promoção de línguas locais são essenciais para garantir que todas as comunidades tenham a oportunidade de participar plenamente na vida pública e privada de suas sociedades. Políticas de educação bilíngue e plurilíngue, como as "classes bilíngues" na Guiana Francesa, são exemplos de iniciativas que buscam integrar línguas locais nos sistemas educacionais, proporcionando às crianças a oportunidade de aprender tanto a língua dominante quanto a língua de sua comunidade.

As línguas locais da Guiana Francesa representam um patrimônio linguístico e cultural que representam povos originários da América do Sul. Essas línguas são expressões vivas da identidade das comunidades locais, pois

carregam consigo conhecimentos, tradições e perspectivas únicas a sua proteção que reverbera por todo nosso continente colonizado.

A compreensão das nuances entre multilinguismo e plurilinguismo é central para a análise das políticas linguísticas e educacionais em um contexto globalizado. O multilinguismo refere-se à coexistência de múltiplas línguas dentro de uma comunidade ou região, refletindo a complexidade sociolinguística que desafia a ideia de uma nação monolíngue. Essa realidade é evidente em países como o Brasil e a África do Sul, onde a diversidade linguística é a norma, não a exceção (Heller, 2011). Por outro lado, o plurilinguismo aponta não apenas para a presença de várias línguas, mas também para a interação entre elas e o desenvolvimento de uma competência nos falantes, permitindo que essas línguas sejam usadas, ensinadas e aprendidas de forma integrada e dinâmica (Wright, 2004; Milroy, 2002; Canagarajah e Liyanage, 2012; Beacco et al., 2016).

O entendimento aprofundado de multilinguismo e plurilinguismo não só esclarece as diversas competências linguísticas possíveis, mas também guia as políticas educacionais e linguísticas que buscam preparar cidadãos para um mundo cada vez mais interconectado e multicultural (Slobin, 1985; Kramersch, 2011). Esta compreensão é fundamental para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante em relação às alteridades, inclusive linguísticas e culturais. Em um cenário globalizado, onde as fronteiras nacionais são constantemente desafiadas por movimentos migratórios, comércio internacional e comunicação digital, a valorização da diversidade linguística torna-se uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Neste contexto, a defesa da diversidade linguística vai além da preservação de idiomas ameaçados; trata-se de reconhecer e promover o valor intrínseco das línguas como veículos de identidade cultural e conhecimento. A implementação de políticas linguísticas que respeitem e incentivem o uso de línguas locais e regionais é um passo fundamental para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à educação e possam participar plenamente na vida econômica, social e política de suas comunidades.

Neste trabalho, identificaremos como as políticas linguísticas são aplicadas para apoiar e promover as línguas locais, tomando a Guiana Francesa como caso para entender os desafios e oportunidades enfrentados pelas línguas minoritárias em um mundo globalizado, notadamente em um território colonizado do sul global.

A implementação efetiva das políticas de proteção requer recursos adequados, apoio institucional e um compromisso contínuo para garantir que as línguas locais não apenas sobrevivam, mas floresçam. Por isso, a escolha de estudar as políticas linguísticas na Guiana Francesa surgiu de um interesse inicial durante as aulas da disciplina de História da Língua Francesa, onde me questionei sobre a aplicabilidade, nos territórios ultramarinos, das leis que o país vem criando para suas línguas regionais históricas. Esse questionamento levou a uma investigação mais aprofundada sobre como essas políticas se estendiam além da França Metropolitana e como afetavam regiões com contextos culturais e linguísticos diversos.

A Guiana Francesa foi escolhida como foco deste estudo por ser um território da América Latina, uma região historicamente colonizada e cuja realidade linguística foi impactada. A complexidade linguística da Guiana Francesa, com sua diversidade de línguas locais, de imigração e de fronteira, oferece um cenário rico para abordar a evolução e os efeitos das políticas linguísticas, que desempenham um papel central na gestão e desenvolvimento das línguas dentro de uma nação. Elas podem atuar como poderosas ferramentas de silenciamento ou como mecanismos de proteção e revitalização das línguas minoritárias. O histórico das políticas linguísticas francesas na Guiana Francesa oferece um exemplo de como essas políticas podem evoluir e impactar as comunidades linguísticas de maneiras diversas, contribuindo para a discussão mais ampla sobre a preservação da diversidade linguística em contextos pós-coloniais.

A França, país mundialmente conhecido por sua rica herança cultural e diversidade linguística, enfrenta desafios em suas políticas linguísticas, principalmente quando se trata das línguas locais de seus territórios ultramarinos, como a Guiana Francesa. O respeito aos direitos linguísticos dessas comunidades é um tema de relevância para a promoção do multilinguismo e a salvaguarda da diversidade cultural na região.

O direito linguístico é um princípio fundamental para a garantia dos direitos humanos, incluindo o direito à identidade cultural, à participação política e à igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a análise das políticas linguísticas da França em relação às línguas locais da Guiana Francesa contribui para identificar como as práticas adotadas impactam diretamente as comunidades linguísticas

minoritárias, especialmente aquelas que se encontram marginalizadas linguisticamente e culturalmente.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as medidas de política linguística implementadas pelo Estado Francês em relação à diversidade linguística da Guiana Francesa nos últimos anos. Para tanto, são objetivos específicos:

- Compreender a realidade sociolinguística da Guiana Francesa e o tratamento a ela dado pelo governo francês;
- Levantar o histórico de políticas in vitro relativas às línguas regionais da França, notadamente as identificadas no território da Guiana;
- Abordar quais dispositivos têm sido implementados a favor da manutenção do multilinguismo local.

Este trabalho inicia-se com o CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO, onde vamos buscar entender as políticas linguísticas e os principais conceitos e teorias que fundamentam nossa análise, abordando brevemente a evolução da noção e do escopo das políticas linguísticas ao longo do tempo.

No CAPÍTULO 2 será apresentada a METODOLOGIA deste trabalho, que se enquadra como uma pesquisa bibliográfica e documental. Para a organização das informações levantadas, baseamo-nos na proposta de Blanchet (2008), que sugere que a avaliação global de políticas linguísticas seja feita por meio de cinco pontos: avaliação da situação sociolinguística inicial, avaliação da relevância da situação sociolinguística visada, avaliação da implementação das intervenções decididas, avaliação dos efeitos e mudanças provocadas e avaliação da nova situação resultante.

A situação sociolinguística inicial será abordada com um breve relato histórico do território da Guiana. Em seguida, o panorama sociolinguístico atual e a avaliação da implementação das intervenções decididas. No CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS, abordaremos dois dispositivos implementados na Guiana Francesa que se destacaram em nossas pesquisas: os "Intervenants en langue maternelle" (ILM) e as "classes bilingues". A seguir, detalharemos a implementação, os desafios e alguns resultados divulgados pelos documentos oficiais, mostrando como eles contribuem para a manutenção do multilinguismo no território da Guiana Francesa

No contexto contemporâneo de crescente interculturalidade e globalização, as políticas linguísticas desempenham um papel crucial na preservação da diversidade cultural e na promoção do multilinguismo. Como pesquisadora de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação, é fundamental investigar o tratamento conferido às línguas locais em territórios ultramarinos como a Guiana Francesa, à luz das políticas linguísticas e dos direitos linguísticos. Nesse sentido, o presente Trabalho busca abordar a "Política Linguística da França em relação às línguas locais da Guiana Francesa", destacando a importância do multilinguismo como fator de enriquecimento cultural e social.



## CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: BUSCANDO ENTENDER ALGUNS CONCEITOS

Segundo Calvet (2007, p.24) Política Linguística é “Um conjunto de discussões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas, eventualmente reprimidas ou eliminadas, de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão”. Em adição, Rajagopalan evidencia que a política linguística:

é também a arte de conduzir reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à (s) língua (s) que importam para o povo de uma nação, estado ou instâncias transnacionais maiores. (Rajagopalan, 2013, p. 21).

Sendo assim a Política Linguística junto do poder público tem a capacidade de estabelecer quais línguas serão determinadas como principais nos espaços sociais ocupados. Além disso, Calvet (2007) expõe que a política linguística como área prática existe há muito tempo, desde as grandes colonizações, porém como área de conhecimento surge a partir de 1960 quando é explorada teoricamente por autores como Fishman (1974), Neustupny (1974), Rubbin e Jernudd (1971), e Ferguson e Das Gupta (1968), citados por Ricento (2000).

Rajagopalan (2004, p.42) explica que a política linguística “É um ramo da política em que o palco ideal é a ciência política”. Isso nos ajuda a entender a dimensão político-institucional envolvida, identificando quem são os atores, quais são suas funções, como eles se envolvem e com que objetivos, ao mesmo tempo em que não deixamos de lado as análises sociolinguísticas, que também são de grande importância.

Calvet (2007) exemplifica dois tipos dentro da política linguística: as políticas *in vivo*<sup>1</sup> não exigem relação com o estado, não exigem um decreto ou uma lei diante do estado, podem ser decisões tomadas por instituições que não tem um vínculo oficial com o estado. Em contrapartida a política *in vitro*<sup>2</sup> aborda os problemas ao

<sup>1</sup> *In vivo*: “refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com quem se confrontam cotidianamente.” (Calvet, 2007) p. 35.

<sup>2</sup> “A gestão *in vitro* deve, por sua vez, se impor aos falantes e, para isso, o Estado dispõe essencialmente da lei”. (CALVET, 2007, p. 74-75).

uso das línguas pelo poder oficial. Esse fator também é reconhecido por Oliveira (2016) quando expõe:

Entendo que as políticas linguísticas são uma área das políticas públicas, concebidas e executadas por instituições que têm ingerência na sociedade, como os estados, os governos, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, e até as famílias. (Oliveira, 2016, p. 382).

Ricento (2000) aponta que a intervenção no *corpus* da língua envolvia o desenvolvimento de sistemas de escrita, gramáticas e manuais de línguas, enquanto a intervenção no *status* linguístico visava favorecer as línguas europeias hegemônicas e restringir as línguas locais (Calvet, 1996). Nos primeiros estudos, prevalecia a concepção de uma política linguística abrangente, vista como aplicável em diferentes contextos, sem levar em conta as particularidades sociais e geopolíticas locais.

Segundo Ricento (2000), os primeiros estudiosos citados acima, considerados os “pioneiros” tinham como objetivo lidar com questões como a diversidade linguística, a modernização linguística e a busca por maior cientificidade nas políticas linguísticas. Nos Estados nacionais, o principal desafio, nessa fase, era a diversidade linguística, que era considerada um obstáculo. Dessa forma, o planejamento linguístico<sup>3</sup> foi introduzido como uma ferramenta intervencionista pelo Estado (Haugen, 1966).

Nas décadas de 1970 e 1980, temas como "modernização" e "desenvolvimento nacional" continuaram dominantes. No entanto, outros temas, como o papel da língua e da cultura, surgiram sem alterar substancialmente a visão predominante. A política linguística continuou a ser vista como um mecanismo de preservação dos interesses dos grupos hegemônicos, com controle social como principal objetivo. Essa visão começou a ser questionada a partir da década de 1980, influenciada por um discurso em favor das liberdades individuais.

Na história do campo das políticas linguísticas, uma mudança significativa ocorreu nos anos 1980, com a emergência de esforços para descentralizar a responsabilidade dessas políticas, retirando-a do controle exclusivo do governo. Esse movimento se insere em um contexto mais amplo de renascimento das ideias

---

<sup>3</sup>Planejamento Linguístico segundo Calvet (2007) é a aplicação das políticas linguísticas.

liberais, onde a autonomia individual e a contestação da regulação estatal na esfera privada se tornaram proeminentes (Ricento, 2000). Autores como Schiffman (1994), Spolsky (2004) e Shohamy (2006) foram pioneiros ao questionar o papel central do Estado na formulação das políticas linguísticas, destacando que tais políticas podem existir apenas no plano formal, sem necessariamente refletir as práticas linguísticas reais da sociedade.

Em sua grande maioria, as políticas linguísticas dos governos são apenas promessas vazias que favorecem os interesses da elite. Isso é evidente em muitos países independentes, onde a língua oficial é a do colonizador, ou em nações que oficialmente reconhecem outras línguas, mas ainda favorecem a língua dominante. Podemos observar o Brasil como um exemplo. Nesse país, embora haja uma enorme diversidade linguística com centenas de línguas indígenas, o português ainda é amplamente privilegiado e mantém sua posição dominante. Como Calvet mesmo afirma:

A intervenção Humana na Língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou imporà maioria a língua de uma minoria. (CALVET, 2007, p. 11)

Spolsky (2004) argumenta que uma política linguística pode existir mesmo sem ser explicitamente estabelecida pelo Estado, sendo derivada das práticas linguísticas e crenças da sociedade. Da mesma forma, Shohamy (2006) propõe ampliar o conceito de política linguística para incluir as ações da sociedade civil, reconhecendo que as políticas linguísticas não se limitam a documentos oficiais, mas também são influenciadas por dispositivos ocultos, como placas de rua emanais de línguas.

Spolsky e Shohamy (1999) destacam que há diversas abordagens possíveis para abordar a política linguística, enfatizando que diferentes contextos podem dar importância a certos aspectos sem excluir outros. Dessa forma, a política linguística combina variantes diversas, como a ação do Estado, os fenômenos sociolinguísticos e sua implicação na educação. Embora a sociedade possa desenvolver suas próprias políticas linguísticas, o Estado também tem interesse em

regulamentar as línguas por meio de ações políticas.

A política linguística é influenciada por orientações intervencionistas sociais, que têm impacto na forma como as intervenções políticas são concebidas e abordadas. A tradição sociolinguística forneceu contribuições significativas para o estudo da política linguística, reconhecendo sua natureza terapêutica e sua relação com as relações de poder na sociedade. Logo, pode-se dizer que o campo da política linguística, conforme entendido atualmente, surge da interseção entre a sociolinguística como ciência aplicada e as práticas intervencionistas dos atores sociais.

Porcher e Faro-Hanoun (2000) destacam a importância de tomar decisões adaptáveis para lidar com as constantes mudanças de contexto, evidenciando o caráter pragmático e dinâmico das políticas linguísticas. Autores como Boyer (2022) e Blanchet (2012) corroboram que a importância de que as intervenções linguísticas envolvam também atores sociais individuais e coletivos, como associações locais e organizações não governamentais. Oliveira e Altenhofen (2011), que incorporam outros atores, como entes da sociedade civil, família, escola, igrejas e associações. Eles destacam que o Estado é o crivo onde os interesses conflitantes se encontram e as batalhas são travadas (OLIVEIRA; ALTENHOFEN, 2011, p. 314). Isso amplia o escopo de atores envolvidos nas políticas linguísticas, demonstrando que essas intervenções podem ser realizadas por uma variedade de agentes.

Além disso, é importante reconhecer que o Estado não atua isoladamente na formulação e implementação das políticas linguísticas. Oliveira e Altenhofen (2011) ressaltam que o interesse do Estado muitas vezes se alinha aos interesses do mercado, e que as políticas públicas na esfera linguística podem não refletir o interesse coletivo nem considerar as necessidades das minorias linguísticas.

Nesse contexto, Shohamy (2006) defende que as políticas linguísticas devem ser compreendidas de maneira mais abrangente, levando em conta os métodos pelos quais grupos, especialmente aqueles que detêm poder, impõem, mantêm e desenvolvem políticas linguísticas. Portanto, a análise das políticas linguísticas não deve se restringir às políticas oficiais, mas também deve incluir os mecanismos informais que influenciam as práticas linguísticas "de fato" (SHOHAMY, 2006, p. XVI).

Portanto, compreender a dimensão política das escolhas referentes às línguas requer uma análise interdisciplinar que reconheça a complexidade da implementação dessas decisões. É necessário considerar uma variedade de atores e instituições envolvidos na transformação de decisões políticas em ações concretas, levando em conta os contextos históricos e as preocupações específicas de cada situação.

A análise político-institucional das políticas linguísticas segundo Troncy (2011), expõe as desigualdades de poder existentes e a importância da participação de diversos atores no processo de tomada de decisões. Levantando questões relevantes sobre os limites e possibilidades na gestão das línguas, sublinhando a necessidade de considerar as relações de poder presentes na sociedade (Troncy, 2011, p. 45). Para a autora, muitas vezes, as políticas linguísticas estatais são formuladas com base no discurso técnico de especialistas ou em considerações de mercado, sem levar em conta a diversidade de atores sociais e línguas existentes em um determinado território. Portanto, ao tratar uma política linguística como uma política pública, buscamos removê-la do controle exclusivo do Estado, submetendo-a a processos de participação democrática e transparência pública. Isso tem como objetivo garantir que os recursos necessários sejam alocados de maneira a permitir a efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos.

No contexto brasileiro, observamos uma dinâmica interessante que exemplifica essas questões. Enquanto o Brasil permite que municípios incluam línguas cooficiais e gerenciem suas políticas linguísticas em nível local, a nível nacional essa diversidade muitas vezes fica invisibilizada, não ocupando espaço significativo nos documentos relativos ao ensino de línguas no país. Essa discrepância demonstra como as políticas linguísticas podem ser influenciadas por fatores diversos, incluindo interesses do mercado.

Um exemplo claro da influência do mercado na política linguística do Brasil é a escolha do inglês como única língua estrangeira cujo ensino é obrigatório no Brasil. Embora o inglês seja uma língua importante globalmente, essa decisão pode refletir mais os interesses comerciais do que as necessidades linguísticas e culturais diversificadas da população brasileira<sup>4</sup>. Essa interação entre políticas linguísticas, participação

---

<sup>4</sup> Em junho, o projeto do Novo Ensino Médio foi reformulado, com inclusão do espanhol como obrigatório na BNCC, além da possibilidade de comunidades ofertarem outras línguas, de acordo com a realidade local – o caso de comunidades fronteiriças e de herança.

democrática e influência do mercado ilustra a complexidade envolvida na formulação e implementação dessas políticas em contextos reais.

Ao abordarmos uma política linguística na perspectiva político-institucional, é crucial destacar os atores que não detêm poder formal dentro da estrutura institucional da política. Além dos atores sociais com poder reconhecido e privilégios especiais, existem também os atores estatais não-empoderados, como os agentes governamentais, que têm papéis definidos, mas realizam tarefas técnicas sem exercer uma influência direta sobre a política (Troncy, 2011). Por outro lado, cidadãos da sociedade civil, que inicialmente podem não demonstrar interesse ou não possuem prerrogativas institucionais para influenciar a política linguística, podem se organizar, mobilizar recursos e se unir a outros grupos para demandar participação na política, tornando-se, assim, atores políticos.

Ainda segundo Troncy (2011), é crucial empregar métodos de análise que possibilitem uma avaliação abrangente da política linguística, tanto do ponto de vista institucional quanto discursivo. O discurso influencia a estrutura institucional e vice-versa, portanto é vital compreender a interação entre ambos para além das formalidades e instituições estabelecidas. Na análise do mecanismo da política linguística, é essencial levar em conta os agentes envolvidos na intervenção, o objetivo, as metas e a metodologia de implementação.

A autora aponta que o Estado, ao formular uma política pública, prevê espaços de participação para determinados atores no próprio desenho institucional da política. Essa participação pode variar em termos de democracia e envolvimento, mas há uma relação complementar entre a atuação estatal e a atuação dos demais atores. Por exemplo, uma comunidade de surdos pode se mobilizar para facilitar o acesso de crianças surdas à Libras e para reivindicar uma política pública que assegure esse direito a todas as crianças surdas, além de participar ativamente na implementação e aperfeiçoamento dessa política (Troncy, 2011).

Sob essa perspectiva, compreendemos que os dispositivos de política linguística são objetos que carregam uma materialidade histórica, permeada por representações sociais, políticas e ideológicas. Os textos dos diversos documentos que criam, regulam como os discursos se entrelaçam com as práticas sociais, institucionais ou legitimam esses dispositivos são parte integrante da política e devem ser abordados considerando não apenas as condições imediatas de produção, mas também o contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo. Essa

abordagem permite entender e educacionais dos dispositivos de política linguística que abordamos.

## **CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA**

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi empregue com o intuito de compreender a realidade sociolinguística da Guiana Francesa, bem como explorar o conceito teórico e prático da política linguística. E a pesquisa documental foi direcionada ao levantamento e abordagem de leis, decretos, regulamentos e relatórios oficiais emitidos pelo governo francês, que tinham relação com a questão das línguas regionais nos territórios ultramarinos.

No decorrer desta pesquisa documental, foram coletados e abordados diversos tipos de documentos. Entre estes, destacaram-se a documentação oficial, composta por leis, decretos, regulamentos e relatórios oficiais emitidos pelo governo francês, que possuíam relevância para a política linguística. Além disso, foram considerados documentos eletrônicos, como artigos, relatórios e publicações digitais disponíveis em bases de dados e sites governamentais. Também foram abordados materiais gráficos e planos que ilustravam a distribuição e o uso das línguas na Guiana Francesa.

A condução da pesquisa documental seguiu três etapas fundamentais. Inicialmente, foi realizada a pré-análise, na qual foram definidos os objetivos da pesquisa, elaboradas hipóteses a serem confirmadas ou refutadas, e identificadas as fontes de dados pertinentes. Posteriormente, ocorreu a organização do material, envolvendo a classificação e numeração dos documentos de acordo com os critérios estabelecidos, bem como a criação de fichas documentais para registrar informações relevantes sobre cada material abordado. Por fim, foi realizado o tratamento dos dados, compreendendo a análise e interpretação dos dados coletados, além da comparação das informações obtidas com outras fontes consultadas na pesquisa bibliográfica, visando extrair conclusões de forma lógica e fundamentada.

Para a organização das informações levantadas, nos basearemos na proposta de Blanchet (2008). Ao discutir a complexidade do trabalho de avaliação de políticas linguísticas o autor sugere que a avaliação global seja feita por meio de 5 pontos:

- i. avaliação da situação sociolinguística inicial
- ii. avaliação da relevância da situação sociolinguística visada



- iii. avaliação da implementação das intervenções decididas
- iv. avaliação dos efeitos e mudanças provocadas
- v. avaliação da nova situação resultante

Neste trabalho, adaptaremos a proposta de Blanchet da seguinte maneira: na sequência deste capítulo de metodologia, traremos a avaliação da situação sociolinguística inicial, abordando a história do território da Guiana Francesa culminando na descrição da situação sociolinguística atual, caracterizada pelo multilinguismo do território guianês.

Em seguida, trataremos das intervenções decididas, na forma de um histórico de leis e normas envolvendo as línguas regionais.

A avaliação dos efeitos e mudanças provocadas, assim como a nova situação resultante, serão objeto do capítulo 3, como forma de apresentar e discutir os resultados obtidos com essa pesquisa.

---

## **2.1. Avaliação da situação sociolinguística inicial**

A situação sociolinguística inicial da Guiana Francesa é resultado da colonização francesa, durante a qual o francês foi imposto como a língua dominante. Este processo de imposição linguística teve consequências na dinâmica cultural e linguística do território, marginalizando as línguas indígenas e crioulas. A partir deste contexto, a presente seção abordará dois pontos principais para entender melhor a formação desta situação sociolinguística. Primeiro, será apresentado um breve relato histórico do território da Guiana, destacando os eventos e processos que moldaram sua configuração sociopolítica. Em seguida, será abordado o histórico de políticas educacionais no território guianês, focalizando como a educação formal foi utilizada como uma ferramenta para a imposição do francês e a assimilação cultural, excluindo as línguas locais e promovendo a hegemonia do francês.

### **2.1.1. Breve relato histórico do território da Guiana**

A Guiana Francesa é um departamento ultramarino da França, localizado na costa norte da América do Sul. É banhada pelo oceano Atlântico ao norte, faz fronteira com o Brasil ao leste e ao sul, e com o Suriname ao oeste, é o único território continental na América ainda sob a soberania de um país europeu desde

1981, após a independência de Belize do Reino Unido (Beco, 2022). Com uma área de aproximadamente 83.846 km<sup>2</sup>, a Guiana Francesa é a segunda maior região da França, apenas menor que o território francês na Europa. Também é a maior região ultraperiférica da União Europeia. Sua população é de 3,6 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo um dos territórios menos densamente povoados do mundo. (Gomes et al., 2022).

A população da Guiana Francesa, estimada em 301.099 habitantes em 2022, está majoritariamente concentrada na área metropolitana de Caiena, sua capital (Pereira, Souza e Costa, 2023). Desde dezembro de 2015, a região e o departamento são governados por uma assembleia única no âmbito da Coletividade Territorial da Guiana Francesa, a Assembleia da Guiana Francesa, responsável pelo governo regional e departamental (Sousa e Campos, 2022). Este modelo de governança foi adotado para substituir o antigo conselho regional e o conselho departamental, ambos desmembrados.

A Guiana Francesa representa um exemplo único de integração de um território ultramarino na estrutura administrativa e política da França, enquanto enfrenta desafios específicos decorrentes de sua localização geográfica e história diversa (Beco, 2022). A complexidade de sua demografia, economia e ecossistema exige políticas públicas adaptativas e um esforço contínuo para equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a coesão social (Gomes et al., 2022).

O catolicismo romano é a principal religião na Guiana Francesa, embora as comunidades quilombolas e ameríndias mantenham suas práticas religiosas tradicionais. Os refugiados *Hmong*, por exemplo, são em grande parte católicos devido à influência dos missionários (Pereira, Souza e Costa, 2023). Esta diversidade religiosa é um reflexo da complexa história migratória da região (Sousa e Campos, 2022).

A economia da Guiana Francesa, além de ser impulsionada pelo Centro Espacial, depende da pesca e da mineração, embora a extração ilegal de ouro continue sendo uma preocupação significativa (Beco, 2022). A região também desenvolveu um setor agrícola voltado para a produção de açúcar, mandioca, coco, banana e rum, embora em volumes relativamente baixos em comparação com outras regiões (Gomes et al., 2022). As políticas de desenvolvimento econômico têm focado na imigração de colonos franceses para estimular a agricultura e a exploração florestal (Pereira, Souza e Costa, 2023).

Os primeiros indícios de povoamento na região da atual Guiana Francesa datam do século VI a.C., quando os primeiros povos ameríndios chegaram, conforme evidenciado por achados arqueológicos como cerâmicas, gravuras rupestres e blocos de pedras usados como polidores de ferramentas. Esses povos deram origem aos grupos étnicos *Teko* e *Wayãpi*. Ao final do século III, os povos da família linguística aruaque e os *Palikur*, vindos do Oeste, chegaram ao litoral e expulsaram os primeiros habitantes. Já no final do século VIII, os povos de língua caribe, como os Caribes, os *Kalina* e os *Wayana*, começaram a ocupar a costa leste e o sul da atual Guiana Francesa.

Em 5 de agosto de 1498, Cristóvão Colombo navegou pela primeira vez pela costa da atual Guiana Francesa. Segundo o etnólogo Eric Navet, estima-se que naquela época a população ameríndia nativa na Guiana era de aproximadamente 30.000 pessoas. Em 1499 e 1500, o território da Guiana Francesa foi explorado pelo espanhol Vicente Pinzón, que percorreu todo o planalto das Guianas entre os deltas dos rios Amazonas e Orinoco. No entanto, os espanhóis não deram tanta relevância a essa região. Em 1503, um grupo de colonizadores franceses se estabeleceu na atual cidade de Caiena, permanecendo ali por apenas alguns anos.

Em 1604, uma nova tentativa de colonização ocorreu quando o capitão Daniel de la Touche fez o primeiro reconhecimento detalhado do território da Guiana Francesa. Em 1624, o rei Luís XIII da França ordenou a instalação dos primeiros colonos originários da Normandia. Em 1626, o cardeal da Igreja Católica e ministro chefe de Luís XIII, Armand-Jean du Plessis de Richelieu, autorizou a colonização da região da atual Guiana Francesa. Os portugueses consideraram isso uma violação ao Tratado de Tordesilhas, e mais tarde os franceses abandonaram o local. Em 1630, os franceses retornaram à região e estabeleceram uma nova colônia nas margens do rio *Sinnamary*.

O primeiro estabelecimento francês é registrado em 1503, mas a presença duradoura francesa só foi consolidada em 1643 com a fundação de Caiena (Gomes et al., 2022). A economia da colônia foi baseada na escravidão, com a importação de africanos para trabalhar nas plantações de açúcar, até a abolição da escravidão durante a Revolução Francesa (Pereira, Souza e Costa, 2023).

Em 1714, ocorreu a campanha das Guianas, quando a marinha portuguesa, com a ajuda dos bandeirantes, invadiu a região das Guianas e assumiu o controle sobre o Suriname e a Guiana Francesa com a intenção de vender esses territórios

para os ingleses. No entanto, com o início de um processo de colonização na região pelos portugueses, o rei João V de Portugal impediu a venda e retirou as tropas portuguesas. As frotas holandesas e francesas retomaram o controle sobre suas colônias. A partir desse momento, a Guiana Francesa se desenvolveu como uma sociedade escravagista, onde os senhores de engenho importavam africanos como trabalhadores escravos em grandes plantações, principalmente de açúcar, levando a um aumento considerável da população. Com a assinatura do Tratado de Paris em 1763, a Guiana Francesa entrou em uma nova fase de sua história.

A França perdeu quase todos os seus territórios na América, exceto a Guiana Francesa e algumas ilhas. Em resposta, o rei Luís XV enviou milhares de colonos para a Guiana Francesa, prometendo-lhes ouro abundante e fortunas fáceis. No entanto, os colonos encontraram hostilidade dos nativos e doenças tropicais. Após um ano e meio, apenas algumas centenas de colonos sobreviveram e fugiram para três ilhas visíveis da costa: Ilha Real, Ilha São José e Ilha do Diabo, que passaram a ser chamadas de Ilhas da Salvação. Esses colonos retornaram à França e relataram suas experiências, deixando uma péssima impressão sobre a Guiana Francesa entre os franceses.

Em 1776, o fazendeiro e político francês Pierre Victor Malouet foi nomeado administrador da colônia. No entanto, esse período relativamente bom terminou em 1792 com o início da Revolução Francesa, quando foi inaugurada uma prisão em Camari para padres e inimigos políticos. Em 1794, a Convenção Nacional votou pela abolição do comércio de escravos e da escravidão nas colônias ultramarinas, mas o decreto foi implementado apenas na Guiana Francesa, Guadalupe e Santo Domingo.

Após a execução de Maximilien Robespierre, 193 de seus seguidores foram enviados para a Guiana Francesa em 1794, e em 1797 apenas 54 deles ainda estavam vivos, com 11 tendo escapado. Nesse ano, vários deputados, opositores políticos e jornalistas também foram enviados para a colônia. A partir desse momento, novas plantações foram estabelecidas, mais escravos foram trazidos da África e as exportações de açúcar, madeira de lei, pimenta caiena e outras especiarias trouxeram certa prosperidade à colônia.

Em 1848, a escravidão foi finalmente abolida na França e os ex-escravos da Guiana Francesa fugiram para a floresta, onde estabeleceram quilombos, que passaram a servir como uma zona tampão entre os europeus da costa e os nativos

da região amazônica. Devido ao fim da escravidão, em 1850, vários indianos, malaios e chineses foram trazidos para a Guiana Francesa para trabalhar nas plantações, mas em vez disso, estabeleceram assentamentos e abriram lojas em Caiena.

Em 1946, o território abandonou seu status de colônia e tornou-se novamente um departamento francês (Sousa e Campos, 2022). A partir de 1965, a criação do Centro Espacial da Guiana marcou um ponto de virada na história econômica da região, atualmente operado pelo CNES, Arianespace e a Agência Espacial Europeia (ESA) (Gomes et al., 2022).

Em 1964, a comuna de Kourou foi escolhida para o lançamento de foguetes devido à sua boa localização e proximidade da linha do Equador. Foi construído o Centro Espacial da Guiana, que entrou em operação em 1968. Até hoje, mais de 500 lançamentos foram efetuados, e o Centro Espacial da Guiana se tornou o porto espacial da Europa. Durante a década de 1970, a Guiana Francesa recebeu vários refugiados do Laos, que fugiram por causa da Guerra do Vietnã, e se estabeleceram principalmente nas comunas de Javouhey e Cacao. Na década de 1980, cerca de 10.000 refugiados de uma guerra civil no Suriname chegaram à Guiana Francesa.

Com a criação da União Europeia em 1993, o padrão de vida na Guiana Francesa superou o da região, resultando em grandes correntes migratórias de países vizinhos como Suriname, Haiti e Brasil. Embora os habitantes lutem por mais autonomia, o apoio à independência da Guiana Francesa é muito baixo. Em um referendo realizado em 2010, os franco-guianenses votaram contra a independência do departamento. A partir de dezembro de 2015, a Guiana Francesa passou a ser governada por uma assembleia única, a Assembleia da Guiana Francesa, substituindo o antigo Conselho Regional e tornando-se a coletividade territorial da Guiana Francesa.

A Guiana Francesa está totalmente integrada ao Estado central francês e faz parte da União Europeia, com o euro como moeda oficial (Gomes et al., 2022). Grande parte da economia local deriva de empregos e negócios associados ao Centro Espacial da Guiana, o principal local de lançamento da Agência Espacial Europeia, devido à proximidade com a linha do equador (Pereira, Souza e Costa, 2023). Apesar de compartilhar muitos aspectos da estrutura administrativa e política da França metropolitana, a Guiana Francesa enfrenta desafios específicos como

imigração ilegal, infraestrutura precária, alto custo de vida e taxas de criminalidade elevadas (Sousa e Campos, 2022).

A história demográfica da Guiana Francesa reflete a diversidade de sua população atual. No censo de 2014, 57,3% dos habitantes nasceram na região, enquanto 30,2% nasceram em países estrangeiros, principalmente Brasil, Suriname e Haiti (Beco, 2022). Esta diversidade étnica é complementada pela presença de várias línguas além do francês, a língua oficial. O crioulo da Guiana Francesa, uma língua crioula com base francesa, é amplamente falado, assim como várias línguas ameríndias e outros idiomas resultantes da imigração (Gomes et al., 2022).

Em 2017, manifestações de grande escala ocorreram na região, refletindo a insatisfação com a infraestrutura disponível (Gomes et al., 2022).

### 2.1.2. Panorama sociolinguístico atual

No território Guianense se encontram cerca de 40 línguas (Léglise, 2017). Essas línguas são separadas por famílias linguísticas, em grande maioria distantes entre si com uma grande variação ao número de falantes. O quadro 1 “Principais línguas faladas na Guiana”, elaborado por Léglise (2017) reproduzido integralmente em português (tradução nossa), apresenta as principais línguas organizadas por famílias linguísticas, o nome da variedade da língua e suas características, com estimativa do número de falantes das línguas.

Quadro 01: Principais línguas faladas na Guiana

TIPO DE LÍNGUA	NOME DA (VARIEDADE DA) LÍNGUA	CARACTERÍSTICAS
Línguas indígenas	Arawak ou lokono,	Línguas Indígenas pertencentes a três famílias linguísticas (Caribe, Tupi-Guarani e Arawak). Listados no relatório Cerquiglini, são falados em geral por menos de 5% da população <sup>1</sup> . Os dois primeiros, pelo baixo número de falantes ou pela falta de transmissão às gerações mais jovens, podem ser considerados “em perigo” <sup>2</sup> .
	Emérillon ou teko	
	kali’na	
	Palikur	
	Wayana	
	wayampi,	
Línguas crioulas de base lexical francesa	crioulo guianense	Resultante da escravidão e colonização francesa na Guiana. Mencionada no relatório Cerquiglini, língua materna de cerca de um terço da população, mas é língua veicular em certas regiões - especialmente no litoral.
	crioulo haitiano	Falada por uma população de origem haitiana representando, segundo fontes, entre 10 e 20% da população guianesa.
	crioulo martiniquense, crioulo de Guadalupe	Línguas faladas pelos franceses vindos das Antilhas, estimadas em 5% da população guianesa.
	crioulo de Santa Lúcia	Língua resultante da imigração proveniente de Santa Lúcia

		nos últimos séculos, atualmente representa menos de 1% da população.
Línguas crioulas de base lexical inglesa	aluku, ndjuka, pamaka	Variedades de línguas <sup>3</sup> (Eastern Maroon Creoles) faladas por “Negros Marrons” que se estabeleceram na Guiana há pelo menos dois séculos. Têm desempenhado um papel importante na constituição da população guianesa. Elas também têm um papel veicular no oeste da Guiana.
	sranan tongo	Língua veicular do Suriname vizinho, é a língua materna de uma parte muito pequena da população guianesa, especialmente no Oeste, onde tem um papel veicular.
Língua crioula à base angolosa (parcialmente relexificada em português)	saamaka	Falada por Negros Marrons originários do Suriname, mas estabelecidos na Guiana há pelo menos dois séculos, mencionada no relatório Cerquiglino, sem estimativas numéricas precisas a seu respeito. Segundo PRICE e PRICE (2002), os Saramaka constituiriam o grupo de Marrons menos importante na Guiana (1000 pessoas), no entanto, as proporções relativas do uso do saamaka seriam inferiores às outras línguas crioulas à base inglesa.
Variedades de línguas europeias	francês	Língua oficial, língua de ensino, língua materna de cerca de 10% da população vinda da metrópole assim como de certas partes brancas e mestiças da população nativa. É a língua da integração escolar na Guiana.
	português do Brasil	Língua falada por uma imigração brasileira estimada entre 5 e 10% da população nativa da Guiana, jogando um papel veicular no Leste, especialmente em Saint-Georges.
	inglês da República da Guiana	Variedade falada por uma imigração proveniente da vizinha Guiana inglesa, estimada em 2% da população.
	holandês	Língua falada por uma parte da imigração surinamesa que tenha previamente estabelecido na Guiana holandesa.
	espanhol	Língua falada por uma ínfima parte da população originária de Santo Domingo e de outros países da América Latina (Colômbia, Peru, notadamente).
Línguas asiáticas	hmong	Língua falada por uma imigração originária do Laos, chegada na Guiana Francesa desde 1977. Estimados menos de 1% da população. Dispersos em diversos vilarejos, mencionados no relatório Cerquiglino.
	chinês (hakka, cantonês)	Línguas faladas por uma parte da imigração chinesa estabelecida desde o início do século.

1. Se relatarmos as diversas estimativas referentes aos grupos humanos envolvidos às estatísticas globais da população (INSEE, 1999). Devido às dificuldades de recenseamento na Guiana, sabemos, no entanto, que esses números oficiais são subestimados.

2. Uma posição extrema consiste em considerar todas as línguas da Guiana, com exceção do crioulo guianense, como "em perigo" (LAUNEY, 2000). Considerando como critério os baixos números de população no departamento: algumas centenas ou alguns milhares de falantes, dependendo dos casos. No que diz respeito às línguas ameríndias, notemos que o lokono - que está ameaçado porqueno é mais falado pelas jovens gerações na Guiana - ainda é falado por numerosos falantes na Guiana (Guyana), enquanto o teko - cuja transmissão familiar ainda está assegurada - só é falado na Guiana.

3. O aluku, o ndyuka e o pamaka são considerados como variedades dialetais de uma mesma língua, o nenge (em aluku e pamaka) ou nengee (em ndyuka). cf. GOURY, MIGGE (2003).

Fonte: Léglise, 2007, p.4. Quadro traduzido. Quadro original em anexo ao final do trabalho.

As línguas indígenas da Guiana Francesa pertencem a três famílias linguísticas: Caribe, Tupi-Guarani e Arawak. Entre essas línguas, destacam-se o Arawak ou Lokono, Émérillon ou Teko, Kali'na, Palikur, Wayana e Wayampi. Essas línguas são faladas por menos de 5% da população, e muitas correm risco de

desaparecerem devido ao baixo número de falantes e à falta de transmissão para as gerações mais jovens.

As línguas crioulas de base lexical francesa resultaram da escravidão e colonização francesa. O crioulo guianense é a língua materna de cerca de um terço da população e serve como língua veicular em algumas regiões, especialmente no litoral. Além disso, há o crioulo haitiano, falado por uma população de origem haitiana que representa entre 10 e 20% da população guianesa. Outras variedades incluem o crioulo martiniquense e o crioulo de Guadalupe, falados pelos franceses das Antilhas (aproximadamente 5% da população) e o crioulo de Santa Lúcia, representando menos de 1% da população.

As línguas crioulas de base lexical inglesa incluem o Aluku, Ndjuka e Pamaka, faladas pelos escravizados fugitivos que se estabeleceram na Guiana há pelo menos dois séculos. Essas línguas desempenham um papel importante na constituição da população guianesa e servem como línguas veiculares no oeste da Guiana. O Sranan Tongo, língua veicular do Suriname vizinho, é a língua materna de uma pequena parte da população guianesa, especialmente no Oeste.

O Saamaka também tem sua origem em uma das línguas faladas pelos escravizados fugitivos originários do Suriname. Embora não haja estimativas numéricas precisas sobre os falantes dessa língua na Guiana Francesa, sabe-se que os Saramaka constituem um dos menores grupos de escravizados fugitivos na região, com cerca de 1000 pessoas.

O francês, língua oficial e de ensino, é a língua materna de cerca de 10% da população, incluindo os que vieram da metrópole e parte da população branca e mestiça nativa. O português do Brasil é falado por uma imigração brasileira que representa entre 5 e 10% da população, desempenhando um papel veicular no Leste. Outras línguas europeias incluem o inglês da República da Guiana (2% da população), o holandês, falado por parte da imigração surinamesa, e o espanhol, falado por uma ínfima parte da população oriunda de países como Santo Domingo, Colômbia e Peru.

O Hmong é falado por uma imigração do Laos, chegada à Guiana Francesa desde 1977, representando menos de 1% da população. Os falantes estão dispersos em vários vilarejos. As línguas chinesas, como o Hakka e o Cantonês, são faladas por parte da imigração chinesa estabelecida na região desde o início do século.

Além da listagem das línguas, a pesquisa de Léglise (2017) avança para caracterizar o perfil linguístico da população. De acordo com a autora, apenas 40% da população guianense é escolarizada. Sendo a aprendizagem do francês feita majoritariamente na escola, isso explica o dado apresentado acima, de que apenas



10% da população domina a língua oficial (e de escolarização). A pesquisadora fez um levantamento com 2.300 crianças a partir dos 10 anos, de 28 localidades diferentes do território, cujos principais resultados foram:

- $\frac{2}{3}$  das crianças não falava francês em casa antes de iniciar a vida escolar - sendo que em algumas regiões esse dado correspondia a 100% da população entrevistada;
- 93% das crianças com 10 anos já falavam pelo menos duas línguas; 41% pelo menos três e 11% pelo menos quatro - o que revela o alto perfil plurilíngue da população.

O gráfico a seguir indica quais línguas aparecem nessas respostas, como L1 (língua materna e/ou aprendida antes da escolarização), L2 e L3 (aprendidas após a primeira escolarização) e ainda L-4-5 (aprendidas mais adiante na escolarização):

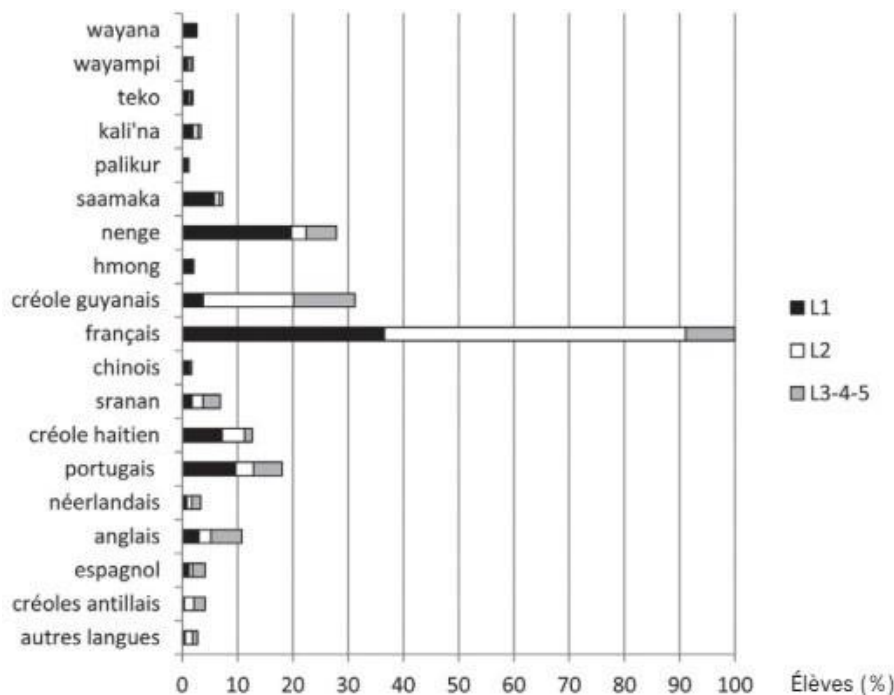


Figura 1: Línguas que aparecem como L1, L2 e L3 e ainda L-4-5.

Fonte: Léglise, 2017, p. 2

Note-se como o francês, no caso das crianças entrevistadas, aparece antes da escolarização apenas para cerca de 35%, sendo majoritariamente aprendida na escola por praticamente 60% delas.

Se essa é a realidade da língua oficial, como o Estado francês lida com o multilinguismo do território da Guiana Francesa? Conforme explicitaremos no capítulo 3, o caminho para o reconhecimento de algumas dessas línguas foi longo. Nesta seção, nos concentraremos na classificação conquistada a partir do relatório Cerquiligni (1999), através da “carte de langues”.

A “carte de langues”<sup>5</sup> é um dispositivo de política linguística estabelecido pela legislação francesa por meio da circulaire n° 2015-173 de 20-10-2015, com o objetivo de operacionalizar e expressar a diversidade linguística dentro de cada “académie régionale”<sup>6</sup>.

Conforme especificado na circulaire, a “carte de langues” permite que os reitores das academias regionais definam uma política que promova o ensino de línguas (regionais e estrangeiras), levando em consideração tanto as diretrizes nacionais quanto as especificidades locais. Desta forma, a “carte de langues” serve como uma ferramenta estratégica para mapear e apoiar a diversidade linguística em diferentes regiões da França, refletindo as particularidades de cada comunidade local.

De acordo com a posição oficial, o status das línguas na Guiana Francesa varia. O francês é reconhecido como língua oficial e 10 línguas são consideradas línguas regionais, o arawak, crioulo guianense, hmong, kali’na, nenge (em suas diferentes formas: aluku, ndyuka, pamaka), palikur, saamaka, sranan tongo, teko wayampi e wayana. Segundo o site da Délégation Générale pour la Langue Française et les Langues de France (DGLFLF)<sup>7</sup>, essas são “as línguas regionais ou minoritárias tradicionalmente faladas por cidadãos franceses no território da República, que não são línguas oficiais de nenhum estado.” Essa definição se baseia em critérios inspirados na Carta Europeia das Línguas Regionais ou minoritárias.

<sup>5</sup> Ver: <https://www.education.gouv.fr/les-langues-vivantes-etrangees-et-regionales-11249#:~:text=La%20carte%20des%20langues%20a,de%20l'%C3%A9cole%20au%20lyc%C3%A9e.>

<sup>6</sup> As escolas francesas são organizadas em “academias” que correspondem à “circunscrição administrativa de referência”. Cf.: <https://www.education.gouv.fr/les-regions-academiques-academies-et-services-departementaux-de-l-education-nationale-6557#:~:text=L'acad%C3%A9mie%20est%20la%20circonscription,r%C3%A9f%C3%A9rence%20de%20l'%C3%89ducation%20nationale.>

<sup>7</sup> Departamento ligado ao Ministério da Cultura da França desde 1996. Originalmente com o nome “Délégation générale pour la langue française”, passando a incluir “et les langues de France” em 2001.

Esta classificação deriva de uma interpretação ampla do relatório ministerial elaborado pelo linguista Bernard Cerquiglini em 1999, que lista mais de setenta e cinco línguas faladas tanto na França continental quanto nos territórios ultramarinos. No caso da Guiana Francesa, o relatório inclui o crioulo guianense de base lexical francesa, os crioulos de base lexical inglesa (aluku, ndyuka, pamaka e saamaka), as línguas ameríndias (kali'na, wayana, arawak, palikur, teko, wayampi) e uma língua asiática, o hmong. A inclusão do hmong pode parecer surpreendente, mas o autor do relatório justifica essa decisão afirmando que uma tradição linguística pode ser recente e não necessariamente relacionada à migração. Os Hmong, estabelecidos na Guiana em 1977, formam uma população de cerca de 2.000 pessoas em duas aldeias monoétnicas, são cidadãos franceses e, para os mais jovens, bilíngues em francês e hmong. As outras línguas, como o crioulo haitiano, são consideradas línguas de imigração.

A Guiana Francesa é um exemplo notável de diversidade linguística, refletindo sua história de colonização, escravidão, imigração e a coexistência de várias comunidades étnicas. As línguas indígenas, crioulas, europeias e asiáticas coexistem em um espaço onde cada uma desempenha um papel crucial nas identidades culturais e sociais da região. No entanto, a preservação e promoção dessas línguas, especialmente as indígenas e algumas crioulas, continuam sendo um desafio importante para as políticas linguísticas e educacionais do país.

## **2.2. Avaliação da implementação das intervenções decididas**

Abordando a trajetória das políticas linguísticas do governo francês, é possível observar que desde a Lei Deixonne de 1951 até a Lei de 2021, uma série de normas legais foram implementadas para reconhecer e promover a diversidade linguística no país. O histórico das intervenções legislativas sobre as línguas regionais na França demonstra um esforço contínuo para a inclusão dessas línguas no sistema educacional na sociedade.

Inicialmente, a Lei Deixonne de 1951 foi pioneira ao permitir o ensino de algumas línguas regionais nas escolas. No entanto, foi necessário esperar até 1986 para que a Academia da Guiana ratificasse a circular Savary de 1981, que ampliava a aplicação da Lei Deixonne ao crioulo guianense. Esse marco foi crucial para a inclusão da língua regional no sistema educacional guianense.

Além disso, um passo significativo ocorreu em 1999 com o relatório Cerquiglini, que reconheceu oficialmente cerca de um quarto das línguas faladas na Guiana, ou seja, 12 de aproximadamente 40 línguas, como "línguas da França" (Léglise, 2017). Este reconhecimento formal foi fundamental para a promoção e preservação dessas línguas.

Esta seção apresenta o histórico das principais normas levantadas na pesquisa documental sobre línguas regionais na França, proporcionando uma visão das políticas *in vitro* adotadas ao longo dos anos e suas implicações na promoção e preservação dessas línguas. A evolução legislativa reflete um esforço contínuo e crescente para valorizar a diversidade linguística e cultural, garantindo que as línguas regionais tenham um papel reconhecido e ativo na sociedade francesa nas diferentes realidades que compõem a sociedade francesa em seu território metropolitano e nos territórios ultramarinos.

A **Lei Deixonne de 11 de janeiro de 1951** foi um marco inicial ao autorizar o uso de línguas locais nas escolas públicas. Esse reconhecimento oficial abriu caminho para que as línguas regionais fossem vistas como parte integrante da educação, garantindo seu ensino e preservação. Em seguida, a **Circulaire de 13 de julho de 1951** ampliou o acesso ao ensino de ciências e línguas modernas no segundo ciclo da educação, criando seções nas classes, o que diversificou e enriqueceu o currículo escolar, incluindo as línguas regionais.

A **Circulaire n° 65-240 de 9 de junho de 1965** organizou os estudos no segundo ciclo, oferecendo aos alunos diferentes opções de estudo, incluindo o latim e uma segunda língua moderna. Essa diversificação permitiu que os estudantes tivessem mais opções de acordo com seus interesses e habilidades, incentivando o aprendizado de línguas vivas. Posteriormente, a **Lei n° 75-620 de 11 de julho de 1975** estabeleceu a base legal para o ensino das línguas e culturas regionais ao longo da escolaridade, consolidando a presença dessas línguas no sistema educacional francês.

Com o **Decreto n. 81-594 de 11 de maio de 1981**, permitiu-se a criação de

seções internacionais em escolas, colégios e liceus, promovendo a educação multicultural. Essa medida facilitou a integração de alunos estrangeiros e promoveu a diversidade cultural. A "**Circulaire Savary**" de 1 de julho de 1982 organizou o ensino das línguas e culturas regionais de forma abrangente, incentivando experiências de ensino bilíngue e reforçando a importância dessas línguas na educação.

A **Lei nº 84-747 de 2 de agosto de 1984** permitiu que os Conselhos Regionais determinassem atividades educativas e culturais relacionadas às línguas e culturas regionais, delegando poder às regiões para promover essas iniciativas. Em 1992, a **Circulaire n. 92-234 de 19 de agosto** criou seções europeias nos estabelecimentos de ensino secundário, oferecendo aos alunos a oportunidade de aprender línguas vivas estrangeiras em um ambiente internacional, preparando-os para a globalização.

A **Lei Toubon de 5 de agosto de 1994** reconheceu o uso das línguas regionais no ensino, enfatizando ao mesmo tempo o francês como língua oficial, buscando equilibrar o reconhecimento das línguas regionais com a primazia do francês. A **Charte européenne des langues régionales ou minoritaires**, assinada pela França em 1999, definiu e reconheceu as línguas regionais ou minoritárias e suas áreas de uso, proporcionando uma base para sua proteção e promoção.

O **Concours - Sections et modalités d'organisation des concours du CAPES<sup>8</sup> – Arrêté du 9-2-2001** ampliou as seções para a certificação de professores em línguas regionais, incluindo o crioulo, reconhecendo a importância dessas línguas na formação de professores. Em um discurso de 25 de abril de 2001, Jack Lang, então ministro da Educação Nacional, anunciou a criação de um CAPES para o crioulo, destacando a necessidade de incluir os departamentos e territórios ultramarinos no apoio às línguas regionais.

O **Decreto nº 2001-733 de 31 de julho de 2001** estabeleceu um conselho consultivo para as línguas regionais em cada academia, instituindo um órgão para assessorar nas políticas relacionadas a essas línguas. O **Arrêté de 31 de julho de 2001** regulou o ensino bilíngue (francês – língua regional) nas línguas regionais, garantindo a paridade horária e o uso dos programas nacionais, estabelecendo

---

<sup>8</sup> Capes - Certificat d'Aptitude au Professorat de l'Enseignement du Second degré, é um concurso nacional para a habilitação de professores para atuarem no sistema escolar francês. Ver: <https://www.devenirensignant.gouv.fr/enseigner-au-college-ou-au-lycee-general-le-capes-118>

diretrizes claras para a implementação desse ensino. O **ENCART B.O. nº33 de 13 de setembro de 2001** desenvolveu o ensino das línguas e culturas regionais na escola, no ensino médio e no ensino superior, destacando sua importância na integração social e no desenvolvimento educacional.

O **Decreto de 12 de maio de 2003** manteve as seções bilíngues em línguas regionais, assegurando a continuidade e a qualidade desse ensino. A **Circulaire rectorale de 16 de junho de 2003** implementou o ensino simultâneo de duas línguas modernas estrangeiras, diversificando a oferta linguística e ampliando as oportunidades de aprendizado. A **Lei nº2005-380 de 23 de abril de 2005** estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira desde o início da escolaridade obrigatória, garantindo a inclusão das línguas estrangeiras no currículo escolar.

O **Decreto de 26 de janeiro de 2006** representou um avanço significativo ao reconhecer oficialmente as línguas regionais como disciplinas avaliadas no exame de “baccalauréat” geral na França. Esta medida foi crucial para integrar as línguas regionais no sistema educacional formal, permitindo que estudantes que estudam essas línguas as incluam em seus currículos acadêmicos. Ao serem avaliadas no exame nacional de conclusão do ensino médio, as línguas regionais receberam um reconhecimento oficial que não apenas validou seu status educacional, mas também incentivou seu estudo e preservação entre as novas gerações.

A **Révision Constitutionnelle de 2008 - Article 75-1** teve um marco significativo ao reconhecer oficialmente as línguas regionais como parte integrante do patrimônio cultural da França. Esta emenda constitucional estabeleceu um reconhecimento formal das línguas regionais, fortalecendo sua posição dentro do quadro legal francês e promovendo medidas para sua preservação e uso na sociedade. Ao garantir a proteção dessas línguas, a França reafirmou seu compromisso com a diversidade linguística e cultural, valorizando as contribuições das línguas regionais para a identidade nacional e regional do país.

A **Lei nº2013-595 de 8 de julho de 2013** favoreceu o ensino das línguas e culturas regionais, principalmente nas regiões onde são usadas, propondo modalidades flexíveis de ensino. O **Decreto nº 2015-372 de 31 de março de 2015** incluiu as línguas regionais no domínio de formação do “socle commun”, estabelecendo o ensino de línguas estrangeiras e regionais como parte do currículo obrigatório. A **Circulaire nº 2015-173 de 20 de outubro de 2015** promoveu uma

política linguística diversificada, incentivando o ensino das línguas menos difundidas e garantindo a inclusão das línguas regionais no currículo escolar.

A **Lei nº 2021-641 de 21 de maio de 2021** fortaleceu ainda mais a proteção e promoção das línguas regionais da França, introduzindo medidas de ensino, sinalização pública multilíngue e relatórios anuais sobre o ensino das línguas regionais, consolidando um compromisso contínuo com a diversidade linguística e cultural do país.

A **Lei nº 2021-641 de 21 de maio de 2021** marca um importante avanço na valorização e proteção das línguas regionais na França, e por ser a mais recente, merece um enquadramento detalhado. A seguir, será realizada uma análise aprofundada dos principais artigos dessa legislação, destacando suas implicações e a forma como se integra ao histórico das intervenções legislativas anteriores. Esse enquadramento permitirá ao leitor compreender melhor o impacto e a relevância dessa lei no contexto da promoção da diversidade linguística e cultural no país.

### **Artigo 1**

O primeiro artigo da lei modifica o segundo parágrafo do Art. L. 1 do código do patrimônio para incluir o patrimônio linguístico, composto pela língua francesa e pelas línguas regionais. Este reconhecimento colocou as línguas sob a proteção e promoção do Estado. Isso implica uma maior responsabilidade do governo em garantir que essas línguas sejam preservadas e ensinadas, fortalecendo assim a identidade cultural regional.

### **Artigo 2**

O segundo artigo modifica o Art. L. 111-1 do código do patrimônio para incluir a arqueologia e o conhecimento da língua francesa e das línguas regionais. Ao expandir o âmbito de proteção patrimonial para incluir as línguas regionais, o Estado reconhece o valor histórico e cultural dessas línguas, promovendo a sua pesquisa e documentação como parte integral do patrimônio nacional.

### **Artigo 3**

Este artigo modifica o Art. 21 da lei no 94-665 do 4 de agosto de 1994, assegurando que as disposições da lei não impedem o uso das línguas regionais e as ações em seu favor. Com isso, garante-se legalmente o uso das línguas regionais

em ações públicas e privadas, removendo barreiras legais que poderiam restringir seu uso e promovendo a igualdade linguística e a diversidade cultural.

### **Artigo 5**

O quinto artigo revoga o Art. L. 372-1 do código de educação, ajustando o legislativo para facilitar a implementação da nova lei. Esta revogação é um passo necessário para harmonizar o código de educação com as novas disposições, eliminando possíveis conflitos legais e facilitando a aplicação das novas normas.

### **Artigo 6**

O sexto artigo modifica o Art. L. 442-5-1 do código de educação para regular a participação financeira na educação em línguas regionais em estabelecimentos privados. Ao regulamentar a participação financeira, o Estado incentiva a educação em línguas regionais também em escolas privadas, garantindo apoio financeiro e promovendo uma maior oferta educacional nessa área.

### **Artigo 7**

Este artigo introduz o Art. L. 312-11-2 no código de educação, estabelecendo a língua regional como matéria no currículo regular das escolas, através de convenções entre o Estado e as regiões. A incorporação das línguas regionais no currículo escolar regular garante que elas sejam ensinadas de forma sistemática e reconhecida oficialmente, reforçando a importância dessas línguas na formação educacional dos alunos.

### **Artigo 8**

O oitavo artigo permite que os serviços públicos implementem sinalização plurilíngue nas regiões onde as línguas regionais são utilizadas. A implementação de sinalização multilíngue aumenta a visibilidade e uso das línguas regionais em espaços públicos, contribuindo para a normalização e valorização dessas línguas no cotidiano das pessoas, o que pode incentivar seu uso e preservação.

### **Artigo 10**

Este artigo requer que o Governo apresente relatórios anuais ao Parlamento sobre a aceitação de crianças nas escolas maternas em língua regional. O monitoramento e a avaliação contínua da implementação do ensino de línguas



regionais nas escolas maternas garantem uma supervisão constante e permitem ajustes e melhorias nas políticas educacionais.

### **Artigo 11**

O último artigo requer que o Governo apresente relatórios anuais ao Parlamento sobre as convenções específicas para a promoção das línguas regionais e o apoio a escolas que usam a imersão linguística. A exigência de relatórios anuais assegura uma análise contínua e detalhada das iniciativas de promoção das línguas regionais, incentivando a expansão de programas de imersão linguística que têm mostrado ser eficazes na preservação e ensino dessas línguas.

A Lei no 2021-641 de 21 de maio de 2021 estabelece uma série de medidas para fortalecer as políticas linguísticas públicas em relação às línguas regionais na França. Entre essas medidas, está a promoção da educação em línguas regionais não apenas em escolas públicas, mas também em escolas privadas, com o apoio financeiro garantido pelo Estado para ampliar a oferta educacional nessa área. Além disso, a lei exige a inclusão da língua regional como matéria no currículo regular das escolas públicas, visando garantir seu ensino sistemático. Para reforçar ainda mais a presença das línguas regionais, os órgãos públicos devem implementar sinalização multilíngue nas regiões onde essas línguas são utilizadas, aumentando sua visibilidade e normalização no espaço público. A legislação também impõe a obrigação de relatórios anuais ao Parlamento sobre o ensino das línguas regionais e a manutenção das políticas de promoção linguística, proporcionando uma supervisão contínua e avaliações regulares para garantir a efetividade das medidas implementadas.

## **CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS**

Neste capítulo, abordaremos dois dispositivos implementados na Guiana Francesa que se destacaram em nossas pesquisas: os "Intervenants en langue maternelle" (ILM) e as "classes bilingues". Considerados inovadores por autores como Launey e Lescure (2017), esses dispositivos são importantes para a valorização e inclusão das línguas regionais no sistema educacional local.

Esses dois dispositivos se destacaram em nossa pesquisa, motivo pelo qual os escolhemos como exemplos de medidas implementadas. Para a organização das informações levantadas, baseamo-nos na proposta de Blanchet (2008), que sugere que a avaliação global de políticas linguísticas seja feita por meio de cinco pontos: 1 Avaliação da situação sociolinguística inicial, 2 Avaliação da relevância da situação sociolinguística visada, 3 Avaliação da implementação das intervenções decididas, 4 Avaliação dos efeitos e mudanças provocadas e em quinto Avaliação da novasituação resultante.

A seguir, detalharemos a implementação, os desafios e os resultados de cada um desses dispositivos, mostrando como eles contribuem para a manutenção do multilinguismo no território da Guiana Francesa.

### **3.1. Dispositivo “Intervenants en langue maternelle”**

O *Intervenants en langue maternelle* (ILM) foi concebido durante os debates de 1998-1999 sobre a ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais, complementado pelo relatório Cerquiglini, que identificou 75 línguas na França, incluindo 12 na Guiana. O objetivo era incluir essas línguas no ensino escolar, reconhecendo a importância das línguas maternas para o desenvolvimento cognitivo e acadêmico das crianças.

A implementação do sistema ILM começou em 1997 na Guiana Francesa, impulsionada pelos linguistas do Centro de Estudos das Línguas Indígenas da América (CELIA). A proposta inicial, denominada Mediadores Culturais Bilingües

(MCB), foi renomeada para *Intervenants en Langue Maternelle* (ILM) em 2007. Este sistema focava nas séries iniciais, como creche e pré-escola, inicialmente o ILM focava nas línguas indígenas, o arawak (ou lokono), palikur, kali'na, wayana, émérillon (ou teko), Wayampi e línguas crioulas aluku, ndyuka, pamaka, saamaka. Com o tempo, o programa se expandiu para incluir o Hmong e português brasileiro.

O mapa a seguir apresenta a situação do dispositivo entre 2016 e 2017:

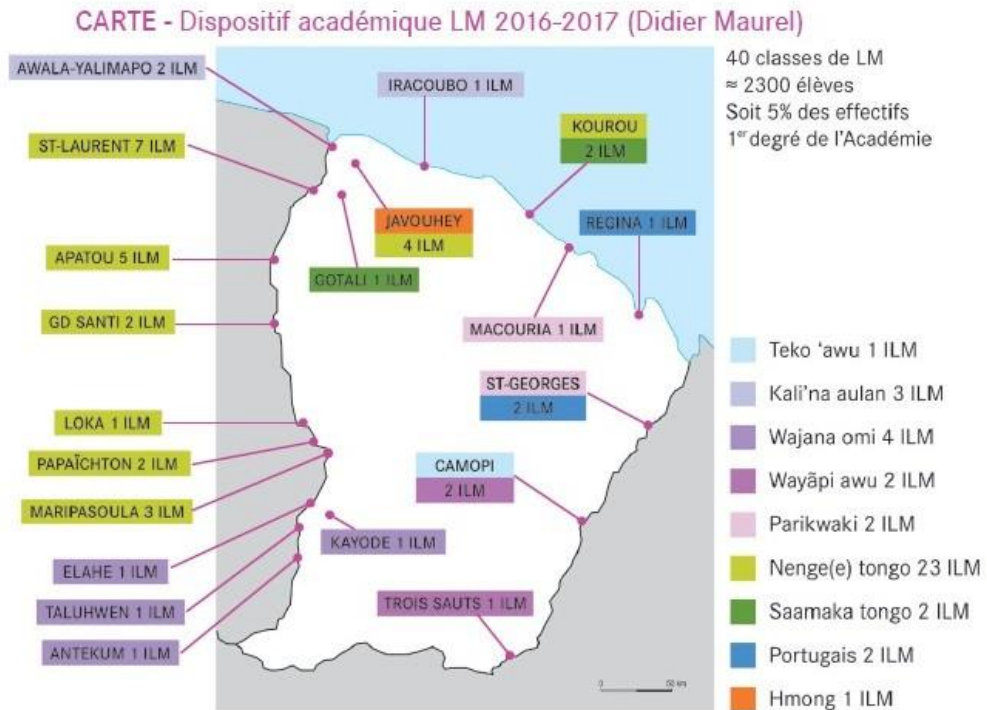


Figura 2: Dispositivo acadêmico LM 2016 e 2017.

Fonte: Launey, Lescure, 2017, p. 15

O ILM adota uma abordagem transacional, começando com o ensino na língua materna e gradualmente introduzindo o francês. As atividades linguísticas são realizadas na língua materna, incluindo jogos, canções infantis e enriquecimento de vocabulário, preparando as crianças para a transição ao francês. O objetivo é desenvolver competências linguísticas e metalinguísticas, valorizando a língua materna e facilitando a aquisição do francês.

A Lei Deixonne de 1951 e as Circulares Savary de 1982-1983 não abordavam claramente se a língua regional deveria ser a primeira ou segunda língua, resultando em inadequações no ensino. As crianças alófonas frequentemente enfrentavam exclusão e proibição do uso de suas línguas maternas nas escolas, resultando em atrasos no aprendizado e sofrimento psicológico.

A diversidade linguística e as mudanças sociais exigem adaptações constantes no sistema ILM. A estabilidade dos contratos dos mediadores e a formação contínua são desafios persistentes. A crescente diversidade linguística nas regiões como a Guiana complica a aplicação uniforme do programa, mas também destaca a necessidade de uma abordagem flexível e adaptável.

A implementação do ILM já demonstrou ser uma abordagem educacional promissora, apoiando o bilinguismo precoce e integrando as línguas maternas como um recurso educacional válido. O sistema visa melhorar o bem-estar e o desempenho acadêmico das crianças, promovendo a autonomia linguística e uma base sólida em suas línguas maternas e em francês. No entanto, especialistas reconhecem que ainda há muito a ser feito para garantir a estabilidade e a eficácia do sistema, especialmente em relação à formação.

O ILM representa um avanço significativo nas políticas linguísticas da Guiana Francesa, valorizando as línguas regionais e integrando-as ao sistema educacional. Apesar dos desafios, o ILM tem mostrado que uma abordagem que respeita e promove a língua materna das crianças pode levar a melhores resultados acadêmicos e a um maior bem-estar emocional. A continuidade do apoio e a adaptação constante às realidades locais são essenciais para o sucesso duradouro deste programa inovador.

### **3.2. Dispositivo das “classes bilingues”**

As chamadas *classes bilingues* na Guiana Francesa consistem no oferecimento de disciplinas escolares em francês e em língua regional, com paridade no tempo de ensino dispensado em cada uma. Alby e Léglise (2016) descrevem que as “classes bilíngues” nasceram como “dispositivo paritário francês-créole guyanais” no final dos anos 1980, incluindo de uma a três horas facultativas de créole por semana no programa de ensino. Em 2008, as *classes bilingues français-créole* foram criadas de maneira experimental, visto que o créole guianês não constava entre as línguas que poderiam ser curricularizadas dessa forma. Segundo as autoras, em 2016, 10 escolas participavam do programa, todas nas ilhas de Cayenne e de Kourou, atendendo cerca de 400 alunos à época. Em artigo de 2017, as mesmas autoras afirmaram que as *classes bilingues* ainda se restringiram ao *créole* – agora como língua regional.

A atenção dada às classes bilíngues pode ser observada no Projeto Acadêmico da Academia da Guiana, documento que estabelece metas para a educação no departamento. O projeto acadêmico da Academia da Guiana para o ciclo 2018-2021 (Academia da Guiana, 2018) tinha, como objetivo principal no eixo 1 - Escolarização, organizar e assegurar o sucesso escolar de todas as crianças que residem no território da Guiana, bem como garantir o acesso ao nível de competência adequado. Este primeiro eixo compreendia cinco objetivos específicos, sendo um deles, o objetivo 2, focado em desenvolver uma “pedagogia enraizada no território”.

Dentro do objetivo 2, foram delineadas as estratégias para lidar com a diversidade linguística no território da Guiana Francesa. Entre as metas mencionadas, estavam a multiplicação das *classes bilíngues* e o reforço do dispositivo *ILM*. A meta estabelecida era dobrar o número de *classes bilíngues* e formar mais professores *intervenants* para trabalharem com as línguas regionais. O projeto acadêmico teve como objetivo principal organizar e garantir o sucesso na escolarização de todas as crianças na Guiana Francesa, com um foco particular na diversidade linguística da região.

Para isso, o projeto falava da implementação abordagens pedagógicas inovadoras que considerassem a diversidade dos alunos e os diferentes contextos de aprendizagem. Isso inclui reafirmar a importância das línguas maternas, das ciências, da história e da geografia locais nos currículos escolares. A pedagogia proposta também se baseia em trocas e cooperação regionais, aproveitando as particularidades culturais e linguísticas da Guiana.

Para alcançar esses objetivos, diversas estratégias são destacadas no documento. Uma prioridade é o ensino em contextos multilíngues, o que favorece a comunicação e a inclusão de alunos de diferentes origens linguísticas. Além disso, o projeto incentiva iniciativas pedagógicas baseadas em pesquisas e o uso de tecnologias educacionais para melhorar a formação dos professores e alunos.

A implementação do mencionado projeto acadêmico foi avaliada através do Balanço do Projeto Acadêmico 2018-2021 (Academia da Guiana, 2018). O documento apresenta uma síntese quantitativa e uma qualitativa das medidas empregadas nesse sentido no ciclo 2018-2021, as quais descrevemos a seguir.

### **Síntese Quantitativa**

O balanço quantitativo do projeto mostrou um crescimento expressivo no número de *classes bilingues* que oferecem ensino em francês e em uma língua regional (L1). Segundo a avaliação oficial a evolução entre 2018 e 2021 foi:

- **2018-2019:** Existiam apenas 3 *classes bilingues*, atendendo 55 alunos.
- **2019-2020:** O número de *classes bilingues* permaneceu em 3, ainda com 55 alunos.
- **2020-2021:** O número de *classes bilingues* aumentou significativamente para 21, atendendo 305 alunos.
- **2021-2022:** Houve um crescimento contínuo para 36 classes, com 455 alunos.
- **2022-2023:** O número de *classes bilíngues* alcançou 63, atendendo 1030 alunos.

O balanço, contudo, não discrimina onde foram abertas essas classes e se envolvem outras línguas, além do créole.

### **Síntese Qualitativa**

Os benefícios pedagógicos observados e descritos no balanço do Projeto Acadêmico da Academia da Guiana 2018-2021 foram significativos, conforme avaliado nos documentos específicos para os anos de 2020-2021 e 2021-2022. Durante 2020-2021, as avaliações comparativas dos alunos das *classes bilingues* mostraram ganhos substanciais, destacando-se as melhorias na aprendizagem tanto na língua materna quanto no francês.<sup>9</sup>

Para o ano letivo de 2021-2022, as avaliações nacionais continuaram a indicar resultados positivos para os alunos das *classes bilingues*. Essas avaliações reafirmaram os benefícios das abordagens pedagógicas bilíngues implementadas,

<sup>9</sup> Detalhes completos sobre essas avaliações podem ser encontrados no site de avaliação de 2020-2021. <https://www.ac-guyane.fr/>

com um relatório completo disponível no site de avaliação de 2021-2022.

Conforme foi possível observar nos documentos abordados, o trabalho dos dispositivos bilíngues inclui ações extra-sala de aula, como ferramentas que promovem uma comunicação eficaz com os pais e a promoção da coeducação, fortalecendo os laços entre a escola e as famílias.

### **3.3 Discussão**

Este trabalho se propôs a abordar como as políticas linguísticas do estado francês impactam na manutenção do multilinguismo no território da Guiana Francesa, notadamente no que concerne às línguas regionais. A partir do estudo do conceito de política linguística, com base em autores como Blanchet, Calvet, Rajagopalan, e Ricento, foi possível compreender que as políticas linguísticas variam de acordo com a época e movimentos sociopolíticos, indo de medidas reducionistas e de caráter monolíngue até o reconhecimento de direitos de comunidades. Inicialmente, as políticas linguísticas frequentemente priorizavam a língua dominante e reprimiam as línguas minoritárias, refletindo interesses hegemônicos e coloniais. No entanto, ao longo do tempo, especialmente a partir dos anos 1980, houve uma mudança para uma abordagem mais inclusiva e descentralizada, reconhecendo a diversidade linguística e promovendo a integração das línguas regionais e minoritárias no sistema educacional e na sociedade em geral. Essa evolução reflete uma crescente valorização das identidades culturais e linguísticas locais, bem como um movimento em direção à democratização e participação mais ampla de diferentes atores sociais na formulação e implementação das políticas linguísticas.

Como uma pesquisa documental, este trabalho se centrou nas políticas *in vitro*, conceito definido por Calvet (2007) como aquelas políticas que abordam o uso das línguas pelo poder oficial, exigindo intervenção do Estado através de decretos ou leis. Essas políticas são implementadas para regulamentar e promover o uso de

determinadas línguas em contextos oficiais e educacionais. Para isso, foi feito um levantamento visando compreender como e quando o Estado francês passou a incluir línguas regionais em seus programas e de que forma essas medidas se estenderam para além das línguas históricas do território da França Metropolitana, abrangendo também os territórios ultramarinos. A gestão *in vitro*, segundo Calvet (2007), deve se impor aos falantes e, para isso, o Estado dispõe essencialmente da lei. Isso significa que, através de legislações específicas, o Estado pode promover, regular ou até mesmo restringir o uso de certas línguas dentro de seu território.

O estudo realizado permitiu constatar a evolução dessas medidas, que partiram da supremacia do francês imposto à população guianense até o reconhecimento de parte de suas línguas locais na carta das línguas e sua inclusão nos currículos das escolas. Como língua oficial, o francês continua presente como língua de escolarização, mas, conforme identificado com o programa das “classes bilingues”, em algumas regiões, compartilha o tempo e o espaço da escola com outras línguas regionais.

As *classes bilingues* representam um avanço significativo. Oferecem um currículo no qual ao menos o *créole*, como língua regional, é tanto uma matéria quanto um meio de instrução em várias disciplinas, seguindo o princípio de paridade horária. Isso significa que o tempo de ensino é dividido igualmente entre o francês e a língua regional, proporcionando aos alunos uma educação que valoriza tanto a identidade cultural local quanto a integração na sociedade francesa. Esse dispositivo, porém, seria ainda mais proveitoso se ampliado para outras línguas regionais e de imigração – o que, pelo menos até 2017, não acontecia, segundo Albye Léglise (2017).

Com a pesquisa foi possível compreender que a Guiana Francesa apresenta um panorama linguístico desafiador, com uma população majoritariamente plurilíngue na prática, mas que ainda enfrenta grandes desafios relativos à educação e alfabetização - segundo Léglise (2017), 40% da população seria escolarizada. Esse cenário se complexifica ao se considerar que boa parte das crianças ( $\frac{2}{3}$  segundo Léglise, 2017) chega à escola sem conhecer o francês. Diante disso, dispositivos como as classes bilingues e os ILM tornam-se essenciais para melhorar a taxa de sucesso escolar no país.



Tendo em vista a baixa escolaridade e o fato de que a maior parte dos cidadãos aprende o francês na escola, o reconhecimento do uso de línguas locais – não só as que têm status de “línguas regionais” (que são apenas ¼ das cerca de 40 identificadas no território - em outras esferas da sociedade também deve aparecer como objeto de políticas linguísticas que permitam o acesso pleno a direitos daqueles que, apesar de não dominarem o francês, são igualmente cidadãos franceses (conforme reconhecimento a partir do relatório Cerquilgni, 1999). Essa outra dimensão da realidade guianense ainda carece de políticas linguísticas públicas que flexibilizem e valorizem a presença dessas outras línguas nos diversos espaços e serviços. A Lei nº 2021-641 de 21 de maio de 2021 parece apontar para um início de mudança nesse sentido, ainda que restrita às línguas regionais, conforme a análise apresentada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sobre as políticas linguísticas relativas às línguas locais na Guiana Francesa revelou-se um campo desafiador e enriquecedor. A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu identificar as principais estratégias adotadas pelo governo francês para promover o francês como língua oficial, bem como as tensões e incoerências resultantes dessa política em um território marcado pela diversidade linguística e cultural.

Ao longo da pesquisa, foram evidenciadas as iniciativas do governo central da França para fortalecer o uso do francês como língua oficial na educação, na administração pública e nos meios de comunicação. Essa medida contrasta, porém, com os dados sobre a relevância do francês na população geral, sendo língua materna de cerca de 10% apenas. Esse dado numérico corrobora a resistência e a resiliência das línguas locais – mas também das línguas de herança e de imigração – que continuam a desempenhar um papel crucial na identidade e na vida cotidiana dos franceses da Guiana.

A constatação, pelo Estado francês, de que o sucesso escolar e a redução das altas taxas de analfabetismo no território passam pelas línguas maternas fez surgir iniciativas de ensino bilíngue e de acolhida e inclusão linguística nas escolas. Essa etapa foi resultado do reconhecimento de algumas delas como línguas regionais e, logo, “línguas da França” nos anos 2000 – um dos marcos do percurso histórico aqui descrito. Percurso, esse, que continua a evoluir, com avanços importantes na lei Molac de 2021.

Compreender o verdadeiro alcance e o impacto desses dispositivos na população foi uma dificuldade dessa pesquisa, baseada principalmente em documentos públicos. A escassez de dados específicos sobre a implementação e os impactos das políticas linguísticas na Guiana limitou as possibilidades de análise – sobretudo no que diz respeito à quantidade de classes bilíngues atualmente, onde se situam e que línguas envolvem. Essa limitação ressalta a necessidade de estudos futuros que explorem de maneira mais ampla e sistemática não só a “quantidade” de ILM, de *classes bilingues*, mas também sua distribuição no território e a amplitude de línguas abordadas, assim como sua contribuição para o desenvolvimento social do país.

Apesar das limitações encontradas, este trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas linguísticas na Guiana e oferece subsídios para o debate sobre a gestão das línguas em contextos multiculturais e globalizados. Espera-se que esta pesquisa inspire novas investigações e promova uma maior conscientização sobre a importância de políticas linguísticas inclusivas e respeitadas com a diversidade.

Em conclusão, a complexidade das políticas linguísticas na Guiana reflete os desafios e as oportunidades inerentes ao multilinguismo global e local. A construção de um espaço onde línguas e culturas possam coexistir, resistir e se resignificar diante das hegemonias sociohistóricas, depende de um compromisso contínuo com o diálogo, a inclusão e o respeito mútuo entre comunidade e Estado.

## REFERÊNCIAS

ACADÉMIE DE LA GUYANE. **Cartes des langues** - le portugais - zone Est Guyane. Disponível em: <https://langues-de-guyane.ins.ac-guyane.fr/Carte-des-langues-le-portugais-zone-Est-Guyane.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

Académie de la Guyane. (2018). **Projet académique 2018-2021**. Recuperado de [https://lpo-melkior-garre.eta.ac-guyane.fr/img/pdf/projet\\_academique\\_2018-2021\\_965166.pdf](https://lpo-melkior-garre.eta.ac-guyane.fr/img/pdf/projet_academique_2018-2021_965166.pdf).

AGENCE POUR L'ENSEIGNEMENT FRANÇAIS A L'ETRANGER. **Les sections internationales (DNBI et OIB)**. Disponível em: <https://www.aefe.fr/pedagogie/dispositifs-linguistiques/les-sections-internationales-dnbi-et-oib>. Acesso em mar. 2024.

ALBY, S. **Politiques linguistiques en matière d'enseignement des langues en Guyane française**. In: Séminaire Didactique des langues et des cultures étrangères - coopération Guyane (France), 2008, p. 1-5.

ALBY, S.; LÉGLISE, I. **Plurilinguisme et éducation en Guyane**. In: **Langues et cité, DGLF - Observatoire des pratiques linguistiques, Langues de Guyane**, 2017, p. 10-11.

AMARAL, A. P. M.; COSTA, L. R.; ALLGAYER, C. B. A. **O brasileiro como estrangeiro: a política migratória brasileira para emigrantes**. Cadernos de direito, v. 17, n. 33, jul./dez., 2017, p. 257-285.

BEACCO, J.-C.; BYRAM, M. **Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques en Europe de la diversité linguistique à l'éducation plurilingue**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2022, p. 128.

Beacco et al., **Guide pour le développement et la mise en œuvre de curriculums pour une éducation plurilingue et interculturelle**. Conseil de l'Europe, 2016. Disponível em: <https://www.coe.int/fr/web/language-policy/guide-for-the-development-and-implementation-of-curricula-for-plurilingual-and-intercultural-education> . Acesso em 05 de junho de 2024.

**Bilan du projet académique 2018-2021**. [s.l.], [2018]. Disponível em: <file:///c:/users/vcnms/downloads/t-l-charger-le-bilan-du-projet-acad-mique-2018-2021-24615.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BERTY, R. **Les discours de la F(f)rancophonie au XXI<sup>e</sup> siècle: enjeux culturels, idéologiques et politiques**. Tese (Doutorado em cotutela em Literatura e civilização francesas). Paris-Barcelona: Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, Universidad Autonoma de Barcelona, 2016.

Blanchet, P. Entre droits linguistiques et glottophobie, analyse d'une discrimination instituée dans la société française. **Cahiers de la LCD**, 2018, 7, 27-44. <https://doi.org/10.3917/clcd.007.0027>

BLANCHET, P. **L'identification des langues: une question clé pour une politique scientifique et linguistique eficiente**. In: Modèles linguistiques, n. 66, 2012, p. 17-25.

BLANCHET, P. « La nécessaire évaluation des politiques linguistiques entre complexité, relativité et significativité des indicateurs », **Cahiers du plurilinguisme européen** [Online], 1 | 2008, connection . Disponível em: <https://www.ouvroir.fr/cpe/index.php?id=156>

BOYER, H. Les politiques linguistiques. **Mots. Les langages du politique**, N° 94, novembre 2022, p. 67-74.

Canagarajah, S., & Liyanage, I. (2012). **Lessons from pre-colonial multilingualism. In The Routledge Handbook of Multilingualism** (pp. 49-65). Taylor and Francis. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/258045749\\_Lessons\\_from\\_pre-colonial\\_multilingualism](https://www.researchgate.net/publication/258045749_Lessons_from_pre-colonial_multilingualism) . Acesso em 05 de junho de 2024.

COTTON, E.; SHARP, J. **Linguística aplicada**. São Paulo: Contexto, 2015.

ELOY, J-M. **La langue française, objet de politique linguistique**. In: The French Review, v. 67, n. 3, 1994, p. 403-413.

FARACO, C. **A Política linguística: um campo de ação no Brasil**. Revista Philologus, Florianópolis, n. 67, supl., p. 123-136, 2017. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/67supl/022.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

FARAUDIÈRE, Y. **École et société en Guyane française**. Scolarisation et colonisation, Paris: L'Harmattan, 1989.

GRANGER, S. **Introdução à história da Guiana Francesa**. Apresentação, 2017, p. 11-20.

GUIMARÃES, E. **Política Linguística na França: o ensino da língua francesa como língua nacional e língua estrangeira**. Revista Alfa, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 271-293, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/YRbtMdqmCWxKjtn8SQWGmHj/?lang=pteformat=pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HELOT C.; ERFURT, J. **L'éducation bilingue en France: politiques linguistiques, modèles et pratiques**, Lambert Lucas, 2016, p. 66-86.

HIDAIR-KRIVISK, I. **L'immigration étrangère en Guyane: entre stigmatisation et stratégie de récupération**. Revue Asylon(s), n°4, mai., 2008.

JOVILET, M.-J. **La créolisation en Guyane. Cahiers d'études africaines**, v. 37, n°148, 2017. La Caraïbe. Des îles au continent. pp. 813-837.

LABOV, W. **Language in the inner city: Studies in the Black English Vernacular**. University of Pennsylvania Press, 1972.

LAUNEY, M. LESCURE, O. **Les intervenants en langue maternelle (ILM) : un dispositif innovant**. Langues et cité - langues de Guyane, n. 29, 2017.

LÉGLISE, I. **Les langues parlées en Guyane une extraordinaire diversité, un casse-tête pour les institutions**. Langues et cité - langues de Guyane, n. 29, 2017.

LÉGLISE, I.; MIGGE, B. (éds.). **Pratiques et représentations linguistiques en Guyane**. Paris: IRD Editions, 2022.

LERCLEC, J.  
**L'aménagement linguistique dans le monde. Guyane française - la politique linguistique**, 21 avril 2017. Disponível em:  
<http://www.axl.cefanelaval.ca/amsudant/guyanefr4.htm>. mar. 2024.

MAM LAM FOUCK, S.; ANAKESA, A. **Nouvelle histoire de la Guyane**. Guyane française: Matoury: Ibis Rouge Édition, 2013.

MENEZES, A. et al. **A prática pedagógica na formação de professores: uma análise documental de dissertações e teses**. *Educação em Revista*, v. 35, e210864, 2019. Disponível em:  
[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-71142019000100170](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170). Acesso em: 25 jun. 2024.

MILROY, J. **Sociolinguistics: Method and interpretation**. Wiley-Blackwell, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Agir pour les langues. Promouvoir les langues de France - Langues régionales**. Disponível em:  
<https://www.culture.gouv.fr/Thematiques/Langue-francaise-et-langues-de-France/Agir-pour-les-langues/Promouvoir-les-langues-de-France/Langues-regionales>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NEVES, C. **Análise documental**. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/download/38143476/Analise\\_Documental.pdf](https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

NIKOLOVSKI, Z. **A política linguística da França em relação à língua francesa: La politique linguistique de la France à l'égard du français**. Edições Nosso Conhecimento, 2021.

NOCUS, I.; VERNAUDON, J.; PAIA, M. **Apprendre plusieurs langues, plusieurs langues pour apprendre: l'école plurilingue en Outre-mer**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014, p. 271-296.

OLIVEIRA, V. V. Políticas linguísticas e o ensino de língua francesa no Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, v. 2, n. 1, p. 25-38, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/vcnms/Downloads/5230-20920-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: as perguntas mais frequentes sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**, 2018. Disponível em:  
 <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/cartilhadeperguntaserespostasdosods.html>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PIANTONI, F. **La question migratoire en Guyane française. Hommes et migrations**. Paris: 1278, 2009, p. 198-216.

VIE-PUBLIQUE, F. R. **Loi du 21 mai 2021 relative à la protection patrimoniale des langues régionales et à leur promotion**. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/lois>

publique.fr/loi/278001-loi-sur-les-langues-regionales-loi-molac#:~:text=Panorama%20des%20lois-,Loi%20du%2021%20mai%202021%20relative%20%C3%A0%20la%20protection%20patrimoniaire,r%C3%A9gionales%20et%20%C3%A0%20leur%20promotionetext=La%20proposition%20de%20loi%20apporte,enseignement%20et%20les%20services%20publics. Acesso em: 20 mar. 2024.

WRIGHT, S. **Language policy and language planning: From nationalism to globalisation.** Palgrave Macmillan, 2004.

## ANEXO - Quadro original. Légise, 2007, p.4

Type de langues	Nom de la (variété de) langue	Caractéristiques
Langues amérindiennes	arawak ou lokono	Langues autochtones appartenant à trois familles linguistiques (caribbe, tupi-guarani et arawak). Listées dans le rapport Cerquiglini, elles sont parlées dans leur ensemble par moins de 5 % de la population <sup>1</sup> . Les deux premières, en raison de leur faible nombre de locuteurs ou de rupture de transmission vers les jeunes générations, peuvent être considérées comme « en danger » <sup>2</sup> .
	émérillon ou teko	
	ikali'na	
	palikur	
	wayana	
	wayampi	
Langues créoles à base lexicale française	créole guyanais	Résultant de l'esclavage et de la colonisation française en Guyane. Mentionnée dans le rapport Cerquiglini, langue maternelle d'environ un tiers de la population, elle est véhiculaire dans certaines régions – en particulier sur le littoral.
	créole haïtien	Parlée par une population d'origine haïtienne représentant, selon les sources, entre 10 et 20 % de la population guyanaise.
	créole martiniquais, créole guadeloupéen	Langues parlées par des Français venant des Antilles, estimés à 5 % de la population guyanaise.
	créole de Sainte-Lucie	Langue issue de l'immigration en provenance de Sainte-Lucie aux siècles derniers, parlée actuellement par moins de 1 % de la population.
Langues créoles à base lexicale anglaise	aluku ndyuka pamaka	Variétés de langues <sup>3</sup> (Easter Maroon Creoles) parlées par des Noirs Marrons ayant fui les plantations surinamiennes au XVIII <sup>e</sup> siècle, mentionnées dans le rapport Cerquiglini. Langues premières de Marrons faisant historiquement partie de la Guyane ou de migrants récemment arrivés du Surinam, elles sont parlées par plus d'un tiers de la population guyanaise. Elles jouent également un rôle véhiculaire dans l'Ouest guyanais.
	sranan tongo	Langue véhiculaire du Surinam voisin, elle est la langue maternelle d'une très faible partie de la population guyanaise, notamment dans l'Ouest, où elle joue cependant un rôle véhiculaire.
	saamaka	Parlée par des Noirs Marrons originaires du Surinam mais installés en Guyane depuis plus ou moins longtemps, mentionnée dans le rapport Cerquiglini. Les estimations chiffrées sont les plus fluctuantes à son égard. Selon PRICE et PRICE (2002), les Saramaka constitueraient le groupe de Marrons le plus important de Guyane (10 000 personnes), toutefois nos enquêtes montrent des taux de déclaration du saamaka souvent inférieurs aux autres créoles à base anglaise.
Variétés de langues européennes	français	Langue officielle, langue de l'école, langue maternelle des 10 % de la population venant de métropole ainsi que de certaines parties bilingues de la population (en particulier à Cayenne) et partiellement véhiculaire en Guyane.
	portugais du Brésil	Langue parlée par une immigration brésilienne estimée entre 5 et 10 % de la population guyanaise, jouant un rôle véhiculaire dans l'Est, le long du fleuve Oyapock.
	anglais du Guyana	Variété parlée par une immigration venant du Guyana voisin, estimée à 2 % de la population.
	néerlandais	Langue parlée par une partie de l'immigration surinamienne ayant été préalablement scolarisée dans cette langue.
	espagnol	Langue parlée par une infime partie de la population originaire de Saint-Domingue et de pays d'Amérique latine (Colombie, Pérou, notamment).
Langues asiatiques	hmong	Langue parlée par une population originaire du Laos, arrivée en Guyane dans les années 1970, représentant 1 % de la population, regroupée essentiellement dans deux villages, mentionnée dans le rapport Cerquiglini.
	chinois (hakka, cantonais)	Variétés de langue parlées par une immigration d'origine chinoise datant du début du siècle.

1. Si on rapporte les diverses estimations concernant les groupes humains concernés aux statistiques globales de la population (INSEE, 1999). En raison des difficultés de recensement en Guyane, on sait toutefois que ces chiffres officiels sont sous-évalués.

2. Une position extrême consiste à considérer toutes les langues de Guyane, à l'exception du créole guyanais, comme « en danger » (LAUNEY, 2000), en retenant comme critère les faibles chiffres de population dans le département : quelques centaines ou quelques milliers de locuteurs selon les cas. En ce qui concerne les langues amérindiennes, notons que le lokono – qui est menacé car il n'est plus parlé par les jeunes générations en Guyane – est encore parlé par de nombreux locuteurs au Guyana, tandis que le teko – dont la transmission familiale est encore assurée – n'est parlé qu'en Guyane.

3. L'aluku, le ndyuka et le pamaka sont considérées comme des variétés dialectales d'une même langue, le *nenge* (en aluku et pamaka) ou *nengee* (en ndyuka), cf. GOURY, MIGGE (2003).